



As manifestações de estudantes são fato comum nos dias de hoje, mas eles não são os únicos descontentes

Insatisfação geral, o sintoma da atual crise

LEDICE ARAUJO e SANDRA COHEN

Nunca houve, na história do ensino no Estado, um período letivo tão conturbado como este. Menos de um mês após o início das aulas, 20 mil professores de Primeiro e Segundo Graus de escolas particulares fizeram uma greve que durou 22 dias, deixando sem aulas 500 mil alunos. Os 5.500 professores de faculdades privadas mantêm há 38 dias sua paralisação, que coloca em risco a perda do semestre para cerca de 80 mil universitários. Paralelamente às negociações, uma deliberação do Conselho Estadual de Educação repassou 50 por cento dos reajustes salariais conquistados pelos docentes para as mensalidades escolares.

Esse clima de insatisfação estimulou a mobilização dos pais, que já conseguiram na Justiça

eliminar que lhes assegure o pagamento de apenas 35 por cento de aumento — índice autorizado pelo Governo Federal. Estudantes de Segundo Grau e universitários organizam manifestações diárias contra os reajustes das mensalidades. E a situação se complica com o recurso impetrado pelos donos de colégios no Conselho Federal de Educação pedindo paridade do índice de aumento dos professores na semestralidade.

Em mesa-redonda realizada semana passada no auditório do GLOBO, representantes de todas as categorias envolvidas no problema concordaram que a questão é a ponta de um iceberg, que reflete a crise no sistema educacional. Os donos de escolas alegam que as despesas com pessoal atingem de 70 a 85 por cento de sua receita e alertam que 50 por cento das escolas poderão fe-

char a partir do segundo semestre. Em contrapartida, pais e estudantes se propõem a assumir a administração da escola através de um sistema cooperativista.

Participaram do debate o Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação, Ernesto Freire; o Presidente da Comissão de Encargos Educacionais, Roberto Fernando Leão Velloso Ebert; o Presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino Particular, Paulo Sampaio; o Diretor do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior, Ney Suassuna; o Presidente do Sindicato dos Professores, Robespierre Martins Teixeira; o Vice-Presidente da Região Sudeste da UNE, Altemar Lima; o representante da Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas, William Alberto; e representante da Pró-Associação de Pais de Alunos de Escolas Particulares, Kátia Araújo.

O GLOBO — O que significa o repasse do reajuste do salário dos professores e dos funcionários para as mensalidades escolares?

Robespierre Martins — Como vemos, professores de serviços essenciais, os colégios têm de estar submetidos ao controle governamental. A ideia do repasse significa que esses custos seriam transferidos da relação professor/colégio para professor/pai de aluno. E nós não aceitamos sequer a colocação do termo repasse. Os custos dos colégios têm de ser analisados em função de uma realidade e da abertura de sua contabilidade para quem compra o seu serviço. O termo repasse é absolutamente falso. Seria a mesma coisa que eu repassar os aumentos de qualquer custo para o preço da mercadoria.

William Alberto — A questão do repasse tem dois aspectos: o jurídico e o político-pedagógico. Não existe por nenhuma lei condição de se vincular aumento de professor e funcionário à semestralidade. E, quanto à comprovação da fraude do investimento ilegal no patrimônio das universidades e das escolas de Segundo Grau, a abertura do livro-caixa é regulada juridicamente pelo Artigo 4 do Decreto 532. Só que o Conselho Estadual de Educação não quis fazer nada. Além do mais, qualquer aumento de semestralidade teria que ser feito dois meses antes da matrícula.

Mas esse aspecto jurídico deixa clara uma questão política. O repasse é uma fórmula de se criar um estopim para denunciar a crise do ensino particular hoje no País. Em primeiro lugar, se vê claramente a omissão do Governo Federal em deixar esta confusão e esta discussão para os Estados, no caso, as Comissões de Encargos Educacionais. Há um milhão de que a escola particular prepara melhor. Mas não se pode falar em democracia quando se sabe que o ensino particular, hoje, domina três quartos da educação no País.

Ernesto Freire — O repasse significa aumento na mensalidade. Estou plenamente de acordo e vejo até com certo repúdio a expressão repasse. Ela foi mal colocada na medida em que tenta vincular o aumento da mensalidade à melhor remuneração dos professores. Acho que isso é uma equação que não poderia vigorar em termos simplistas, mexeu aqui esse reflexo imediato acontece ali. E discordo de quem falou em compra de serviço, se referindo à mercadoria.

Kátia Araújo — Para nós é discutível se o Conselho teria competência neste primeiro semestre para deliberar sobre fixação de reajuste de mensalidades escolares. Agora, de fato o repasse já existe. Quer dizer, a maioria das escolas do Estado repassou, aplicando os seus próprios índices. Tenho a impressão de que, ou a gente paga semestralidade, ou mensalidade, ou trimestralidade, um dos três. Realmente até agora não entendi o que é que os pais pagam para a escola. Porque eles assinam um contrato para pagar uma semestralidade e no meio do semestre a escola aumenta e já há escolas avisando que em junho haverá outro reajuste.

Entendo que nenhum acordo pode ser feito entre a escola, a direção, classe patronal e os professores na medida em que a fonte de renda da escola não é mediadora nesse acordo, sequer é consultada. Assim, se faz um acordo contando com a receita do pai, que não sabe se vai ter condições de assumir essa despesa. Não é que o professor não tenha que receber. Porque hoje a escola particular vende uma educação muito cara e cobra uma mão-de-obra barata. Temos escolas hoje em que um aluno paga o salário de um professor.

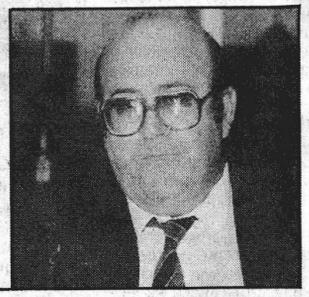
Altemar Lima — A União Nacional de Estudantes (UNE) entende que o problema do aumento das mensalidades escolares, mais especificamente, o problema do repasse, não é um problema isolado do Rio de Janeiro. Diz respeito a todos os Estados do Brasil. Se os empresários dizem que estão em vermelho por que é que não provam? Eu faço um desafio de que os donos das escolas realmente provem que estão funcionando em vermelho. E, para que a gente possa fazer isso no concreto, vamos convidar uma empresa de auditoria, que seja idônea, para poder fiscalizar as finanças dessas escolas.

Paulo Sampaio — Repasse é a palavra mais infeliz das negociações. O Plano Cruzado é o causador desta discussão. No passado, o reajuste das



“Prefiro evitar o termo repasse, que não corresponde a uma realidade”

ROBERTO LEÃO VELLOSO



“Não concordo que os professores e os pais devam administrar escolas”

NEY SUASSUNA



“Não deve haver acordo sem consulta à fonte de renda da escola, os pais”

KÁTIA ARAUJO



“O CEE está disposto a buscar uma solução sem partidarismos”

ERNESTO FREIRE

mensalidades era feito pelo INPC. Vejamos que havia por parte do poder governamental já uma ideia de relacionar reajustes salariais com valores de mensalidades pois era feito isto em dezembro. E as famílias sabiam quanto deveriam pagar ao longo do semestre. As escolas realinharam os seus preços e daí surgiu a incompreensão de uma classe média que está na escola particular e simplesmente atônita com a hiperinflação que vem sobre ela. E único setor no palco de discussão é a escola particular. É a ponta do iceberg.

Roberto Leão — Como Presidente da Comissão de Encargos Educacionais, representando o Conselho Estadual de Educação, vou propositalmente evitar o termo repasse, que não acho adequado, já que não corresponde a uma realidade. Para mim, trata-se da inclusão, na fórmula expressa pelo Artigo 3 da Deliberação 141, do Conselho Estadual de Educação, dos índices decorrentes dos dissídios dos professores e de auxiliares de administração, que definem os percentuais e as possibilidades de reajuste das semestralidades.

Ney Suassuna — Ouvi há pouco tempo que em economia, em administração, não há milagres. Nós, brasileiros, somos sempre muito crédulos. Sempre estamos querendo um milagre. Foi o milagre de 1964, foi o milagre do Plano Cruzado, foi o milagre do Tancredo, é o milagre da Constituinte. E não há milagres. A escola nada mais, nada menos é do que uma empresa, com objetivos diferenciados, mas paga seus impostos. Não é um bordel.

Por um lado, eu vejo o pai pagando duas vezes. Paga uma fábula de dinheiro através de impostos e da inflação, que é um imposto disfarçado e tremendo, e depois paga novamente a escola particular. Por escolha dele? Não. Porque ele não tem opção. A escola particular hoje é a única salvação de uma classe média que não quer a escola pública. Nós pagamos por ela e pagamos caro. Menos de 20 por cento dos recursos do Governo chegam à sala de aula. Oitenta por cento se perdem nos gabinetes e nos corredores das secretarias.

William Alberto — A questão do cruzado colocada por Paulo Sampaio tende a entrar pela retórica. Porque antes do cruzado os professores tiveram aumento real de 52,8 por cento e as semestralidades aumentaram 69,38 por cento. Não se discute aumento a partir da realidade atual, e sim de quanto ganharam os empresários e quantos estudantes saíram das escolas. Em relação ao milagre, na intervenção de Ney Suassuna, é interessante. Existiu sem um mila-

gre, que serviu para que a escola particular se proliferasse. Foi o milagre econômico, que beneficiou inclusive Ney Suassuna.

Altemar Lima — Os senhores ficam agora criticando o Plano Cruzado, no entanto, os senhores são coniventes com a política do Ministro da Educação, Jorge Bornhausen, e a prova disso é que estão pressionando a Constituinte para garantir o direito de manutenção do ensino privado. E, para concluir, como é que a escola privada não dá lucro se existe um sem número de pedidos no Ministério da Educação de novos cursos? É a pergunta que faço aos senhores.

Kátia — O imposto é recolhido na mensalidade. Assim, a escola não paga esse imposto: quem paga o imposto é o aluno. Eu quero que isto fique bem claro. E outra coisa. Dentro de uma escola normalmente existem cantinas que nem sempre são arrendadas, são cantinas da própria escola que às vezes cobram mais caro e muitas vezes existem sem alvará, sem fiscalização, não se paga imposto de Circulação de Mercadorias (ICM) nessa cantina. Portanto, isso é lucro para a escola.

Ney Suassuna — Existe em algumas escolas.

Robespierre Martins — O nosso querido Suassuna fez uma passagem sutil a respeito do pagamento que a sociedade já faz da escola e indiretamente recorre à presença do subsídio. Quer dizer, está embutida, na fala dele, a questão do subsídio. Existe um momento em que a luta está se travando, e esse momento é um momento marcado em todo o processo constituinte. Se a gente pegar a história dos momentos constituintes, vamos ver exatamente essa questão presente.

Ney Suassuna — Jamais aceitei subsídio na minha escola e não aceitarei. Sou contra o subsídio para a escola particular. Lamentavelmente, a escola particular tem uma gradação. Há as escolas religiosas, que recebem subsídio, e fazem a sua parcela de contrapartida. Eu sou contra o subsídio para a escola particular porque acho que, se alguém quer emprestar alguma coisa, tem que correr o risco. Como não concordo que os professores e pais devam administrar a escola. Quer dizer, o patrimônio será do cidadão, que é o dono, o risco será do cidadão, e os benefícios do outro. Ou nós mudamos o sistema de Governo — e ele deixa de ser capitalista de uma vez por todas — ou nós vamos ficar nesta ambiguidade aqui de se querer um sistema socialista ou comunista num regime que é capitalista.

Paulo Sampaio — Eu discordo do

pensamento do Ney Suassuna, pois em todos os outros países as escolas particulares são subsidiadas com bom resultado, como por exemplo na Argentina.

O GLOBO — Por que as escolas não abrem os seus livros-caixas para provarem que precisam desse repasse?

Paulo Sampaio — Estão sendo abertos. As escolas pura e simplesmente estão xerocando os seus balancetes e os apresentando para a maior parte das mães. Há exceções? Esta é uma característica da escola particular. Cabe a um dono da escola particular resolver se vai ou não abrir. Mas não podemos generalizar. Neste instante, estão sendo sucessivamente abertos.

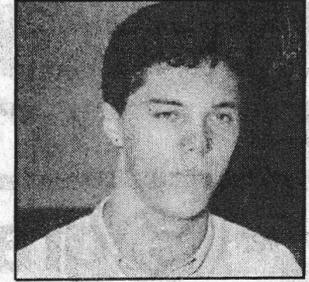
O GLOBO — Mas o sindicato pode orientar suas associadas para abrir os seus livros-caixas?

Paulo Sampaio — Veja, não é uma orientação do sindicato. É uma decisão do diretor para acabar com a falácia do lucro atual. Porque, se estamos numa crise econômica, é evidente que a escola-empresa está em profundas dificuldades. Agora, muitas vezes, por uma questão até de posição, uma diretora resolve não mostrar a contabilidade a uma mãe com a qual pode ter tido uma desavença.

Kátia Araújo — O que tem sido mostrado por poucas escolas é um plano de custo. Planilha de custo é o que tem mostrado, não livro-caixa. Elas se recusam, terminantemente, a mostrar o livro-caixa.

Ney Suassuna — É um direito deles. O pai, ao chegar à escola e pedir para que seja mostrado o seu livro-caixa, dá direito ao dono da escola de dizer assim: “Eu quero ver o seu imposto de Renda para ver se ela pode estar nesta escola”. Eu, por exemplo, pretendo ter uma escola de excelente nível. Só vai poder estar nesse ambiente social quem puder pagar aquele nível. O outro, que não pode, procura uma escola de menor custo. Na segunda-feira passada, no Colégio Anglo-Americano Riomar, no Novo Lelou, eu juntei todos os pais e disse: “Lamento, mas vim comunicar o fechamento desta escola agora no meio do ano”. Por quê? Por uma razão simples: não é possível continuar com o prejuízo que estamos tendo. É um direito meu.

Kátia — Eu não reivindico liberdade para os meus preços, como as escolas têm reivindicado. Quando as escolas ameaçam, dizendo “vamos fechar”, “vamos pedir a intervenção do Ministério da Educação”, isso é instrumento de pressão. Na realidade, o que as escolas querem é liberdade para seus preços.



“O repasse é uma fórmula de se criar o estopim para mostrar a crise do ensino”

WILLIAM ALBERTO



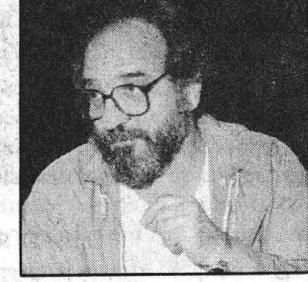
“A tese do quanto pior melhor não ajuda. Mas quem é a favor do diálogo?”

ALTEMAR LIMA



“Em vários países as escolas particulares são subsidiadas, como na Argentina”

PAULO SAMPAIO



“Repasse é transferir os custos da relação professor-colégio para professor-pai”

ROBESPIERRE MARTINS

não ocupou. Mas não resta a menor dúvida de que, nesse processo de empobrecimento, não vai ser possível continuar. E preciso que a escola particular fique e seja de excelente qualidade.

Altemar Lima — Duvido que aconteça o esvaziamento da escola particular. Quando os empresários ameaçam fechar as escolas e os alunos tentam invadi-la e administrá-la, eles a reabrem. O empresário não fecha a empresa que dá lucro.

Kátia Araújo — Eu continuo com a opinião de que essa ameaça de fechamento da escola é um instrumento de pressão dos proprietários de escolas. Diante dessa situação, lanço um desafio. Fechem a escola, que o Conselho Estadual de Educação terá que intervir e mantê-la aberta, porque o aluno não pode perder o ano por isso. Fechem, entreguem à comunidade, e vamos fazer um sistema de cooperativa nas escolas, porque já há várias funcionando nesse sistema, e funcionando muitíssimo bem, sem nenhum problema. Entreguem as escolas à comunidade, vamos fazer escolas-cooperativas e vamos funcionar, entreguem para serem administradas por pais e professores.

O GLOBO — Diante de um primeiro semestre tão contestado, quais as propostas de cada entidade para resolver o impasse com em torno das mensalidades?

Robespierre Martins e Ernesto Freire — O Conselho Estadual de Educação vê esta situação com muita apreensão. Pode ser que amanhã o conselho, através de seus próprios membros, descubra uma fórmula capaz de atuar diretamente nesse desentendimento de forma a trazer a tranquilidade que a atividade precisa. O conselho se colocou, por meu intermédio, à disposição das partes interessadas, no sentido de poder participar da solução sem nenhum partidarismo. O conselho não deve ter proposta, mas deve estar aberto a todas as sugestões e discuti-las, procurar encaminhar as soluções.

Ney Suassuna — O Brasil não tem o modelo ideal de educação. O Brasil nunca cuidou com seriedade deste modelo. Nós estamos vivendo um tempo de Constituinte. Pode ser que até venham mudanças. Enquanto isso vamos ter que encontrar fórmulas. Quais? Eu não sei dizer neste momento, mas sei que passa pela flexibilidade das partes. E não vejo, sinceramente, outro caminho senão o sentar e tentar encontrar, não o ideal, mas o melhor que se possa. Porque este é um momento realmente de crise. Mas não é só crise na área da educação, é crise na instituição geral do País, crise em todos os setores.

Kátia Araújo — Acho que a solução para este impasse realmente é sentar e conversar, mas com clareza e sem retóricas, sem sofismas, sem essa posição autoritária do dono da escola. E o que está acontecendo hoje é que só está pagando pela crise econômica o professor, o funcionário administrativo e os alunos. Os donos de escola ainda não se dispuseram a contribuir, diminuindo o seu lucro. Acho que quem está falido, pede concordata ou prova falência. As empresas agem assim.

Altemar Lima — A União Nacional de Estudantes tem de fato interesse em resolver esse impasse, atendendo ao diálogo. Acredito que a tese do quanto pior melhor não contribui, esta é a posição da UNE. Agora, é preciso entender quem quer o diálogo e quem não quer. E o diálogo da UNE é o diálogo que a maioria dos estudantes deste Estado e do Brasil quer, que se cobre o que está estabelecido na lei, 35 por cento mais 15 por cento negociáveis.

Robespierre Martins — Na negociação existem pontos divergentes que são determinados pela própria existência do processo. Por exemplo, negociar em termos de custos menores para as escolas, às custas do salário do professor, não teria o menor significado porque você, na verdade, tem um processo salarial muito baixo, você tem o professor já recebendo um salário historicamente baixo, rebaixado pelo arrocho salarial. Eu não posso exigir que o pai pague mais, ou que o professor ganhe menos, e ao mesmo tempo permitir que a empresa acumule. É uma questão fechada para mim. Nessa negociação, tem que haver uma solução determinada pelo processo real que estiver ocorrendo no País naquele determinado instante.